

**Escolhemos
avancar!**



as nossas

ideias!

ESCOLHEMOS
AVANÇAR!

**Compromisso Programático
2022/2026**



**JUVENTUDE
SOCIALISTA**





[Compromisso Programático 2022/2026]

ESCOLHEMOS
AVANÇAR!

índice

15 Escolhas para Avançar

PÁGINA 02

Mensagem Do Secretário-Geral

PÁGINA 04

Escolhemos Avançar por +Emancipação

PÁGINA 06

Escolhemos Avançar por +Liberdade

PÁGINA 13

Escolhemos Avançar por +Democracia

PÁGINA 19

Escolhemos Avançar por +Oportunidades

PÁGINA 26

Escolhemos Avançar por +Futuro

PÁGINA 35

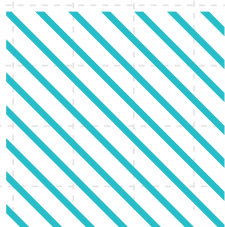
Já provámos que Conseguimos Avançar

PÁGINA 41

15 Escolhas para Avançar!

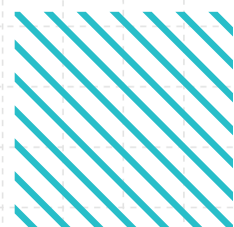


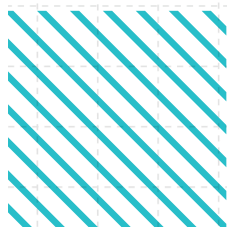
- 01** Queremos um Ensino Superior livre, que caminhe para em 2030 não ter propinas, apoiar os mais desfavorecidos e ter residências para todos os estudantes deslocados e de 1.º ano;
- 02** Queremos combater a precariedade, reforçando a capacidade executiva da ACT e renovando o Programa Converte+;
- 03** Queremos combater o desemprego jovem, através de um programa Ponte, de incentivo à ocupação de jovens,, fomentando emprego público socialmente útil, projetos de ocupação e formação qualificante;
- 04** Queremos uma escola menos focada em ensinar para os exames e mais centrada nos alunos, promovendo um programa piloto de novos métodos de acesso ao ensino superior, que nos tratem como pessoas e não números;
- 05** Queremos criar um programa Uptech para capacitar tecnologicamente as empresas, incluindo contratar jovens qualificados;
- 06** Queremos financiar integralmente todas as candidaturas elegíveis ao Porta 65 Jovem, transformando o programa de uma lotaria para uma garantia, que realmente apoie a saída da residência familiar;
- 07** Queremos acelerar a descarbonização dos transportes, expandindo os passes 4_18 e sub23 para estudantes até aos 30 anos e até à gratuitidade dos títulos de transportes;
- 08** Queremos democratizar o acesso a cuidados de saúde mental, com psicólogos de proximidade nos centros de saúde e psicólogos na medicina do trabalho;



15 Escolhas para Avançar!

- 09** Queremos assegurar que o Estado Social chega a quem mais precisa, alargando deduções fiscais a famílias com rendimentos insuficientes para beneficiar e promover a aplicação automática das prestações sociais;
- 10** Queremos que as crianças imigrantes possam receber Ação Social Escolar;
- 11** Queremos promover uma educação sexual positiva, que ensine sobre consentimento, atenta à igualdade de género e às orientações sexuais, e criminalizar as “terapias de conversão” de orientação sexual;
- 12** Queremos avançar para uma sociedade cosmopolita e sem preconceitos, legalizando a cannabis para uso pessoal e protegendo os direitos de quem se prostitui através da regulamentação da prostituição;
- 13** Queremos criar o **Dia do Eleitor**, para sensibilizar os jovens que vão atingir a maioridade para os seus direitos políticos e a forma de os exercer, bem como a organização do sistema político;
- 14** Queremos garantir que todos os concelhos têm oferta de desporto escolar e que pelo menos uma escola por concelho tem oferta de **desporto escolar adaptado**, fomentando a prática desportiva de todos os jovens independentemente das suas capacidades;
- 15** Queremos criar o **Fundo de Apoio à Emergência Demográfica**, apoiando tanto os territórios que têm perdido população como aqueles que têm recebido migrantes.





Mensagem do Secretário-Geral

Car@ camarada,

Uma eleição é, por definição, uma escolha. **Nestas eleições legislativas, estamos perante escolhas decisivas.**

Esta é, em primeiro lugar, **uma escolha de confiança.** Num tempo de profunda incerteza - sobre a nossa saúde, os nossos empregos ou as nossas finanças pessoais - temos em António Costa e no Partido Socialista pares de mãos seguras, contrastando com a intransigência à esquerda ou a orientação ziguezagueante e a falta de quadros e de tolerância da direita.

A escolha é, também, entre **continuar uma governação à esquerda, dotando-lhe de condições reforçadas de estabilidade,** e o regresso da direita ao poder, o que só poderá acontecer com o apoio da extrema-direita. Como vimos repetidamente nos Açores, quando depende da extrema-direita, a direita democrática cede sempre que necessário, colocando em causa os princípios democráticos com que nos regemos.

Mas esta é, sobretudo, uma eleição sobre o futuro do nosso país e da nossa geração.

Sobre continuarmos a eliminar obstáculos de acesso ou de voltarmos a reduzir o número de alunos no ensino superior. Sobre ligar empresas, ciência e infraestruturas para qualificar a nossa competitividade ou uma estratégia anacrónica de competir internacionalmente por impostos, salários e direitos laborais baixos. Sobre descarbonizar rapidamente e de forma socialmente justa ou regressar aos anos em que as energias renováveis e os transportes públicos estagaram. **Numa imagem, a escolha é sobre avançar ou recuar.**

Nós, jovens socialistas, desafiamos-te a Escolher Avançar!

Nos últimos 2 anos, os mandatos parlamentares confiados à Juventude Socialista conseguiram almejar importantes conquistas para a nossa geração. Assim foi com a Lei de Bases do Clima, o Direito a

Desligar e o Direito ao Esquecimento, o fim da discriminação na dádiva de sangue e o reforço dos apoios aos estudantes, desde o aumento das bolsas e do complemento de alojamento até ao acesso à época especial de exames e à vacinação prioritária para os estudantes em estágio clínico.

Avançar implica que estas eleições apresentem à nossa geração um futuro no nosso país. Avançar por creches gratuitas, por melhores salários e trabalho digno, pela neutralidade carbónica, pela Saúde Mental no Serviço Nacional de Saúde, por passes gratuitos e para mais estudantes, por canábis legal, por um país coeso, feminista, anti-racista e anti-fascista.

Estas são as nossas escolhas! As nossas escolhas para avançar!

Saudações Jovens Socialistas,

*Miguel
Costa Matos*

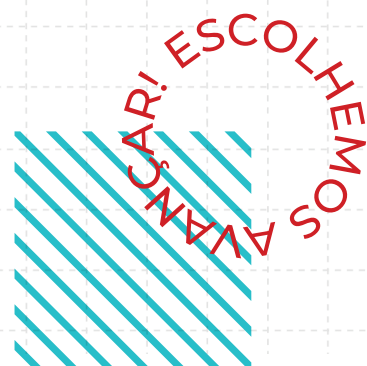
[Secretário-Geral da JS]





Escolhemos Avançar por

+ EMANCIPAÇÃO



Escolhemos Avançar por +EMANCIPAÇÃO

Estamos fartos de ouvir que a nossa geração é o futuro. Somos o presente e é agora que se joga os lances decisivos do nosso projeto de vida - se vamos estudar para o ensino superior, se conseguimos aceder à profissão que idealizámos, se conseguimos um emprego bom, se conseguimos sair de casa dos pais.

Somos o futuro mas é preciso escolhas políticas que nos digam que os jovens têm futuro em Portugal. Isso interessa-nos porque somos jovens mas interessa ao país que tem a ganhar em aproveitar e fixar cá a geração mais qualificada que já produziu. Interessa às empresas, à sustentabilidade da Segurança Social mas também às famílias e aos amigos que não querem ver os seus mais próximos partir.

Os últimos anos melhoraram as condições de vidas de muitos portugueses mas a nossa geração continua a ter menos oportunidades de se emancipar do que um jovem sueco ou francês. Fazemos destas lutas, por isso, a primeira prioridade na qual escolhemos avançar!

>>> Ensino Superior

O Ensino Superior é a porta para os sonhos de muitos na nossa geração. São um caminho de qualificação, de acesso a profissões, mas também de realização e desenvolvimento pessoal. Nas últimas décadas, a sua democratização foi um dos maiores avanços do país, constituindo um fator essencial de mobilidade social e de mitigação das desigualdades.

Todavia, persistem ainda barreiras ao acesso e permanência no ensino superior. É preciso combater o abandono e o insucesso escolar, melhorar a qualidade do ensino e adequar a oferta formativa do ensino superior politécnico à realidade de cada território. Superando estes desafios, devemos progressivamente encarar o ensino superior com a normalidade e universalidade com que se via o ensino secundário antes deste ser obrigatório.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » Reduzir gradualmente a propina nas licenciaturas, com vista à sua eliminação.
- » Limitar as propinas de mestrado;

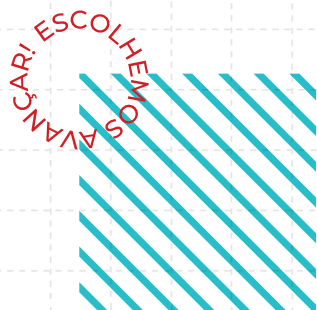
>>> Escolhemos Avançar por +EMANCIPAÇÃO <<<

- » **Regulamentar as taxas e emolumentos** no Ensino Superior, assegurando a sua efetividade, adequação e proporcionalidade;
- » Reforçar a aposta na ação social escolar direta para que esta cubra integralmente os custos de frequência do ensino superior.
- » Aumentar o limiar de elegibilidade para atribuição da bolsa para que Portugal convirja com a Europa na proporção de estudantes abrangidos.
- » Reforçar a oferta pública de residências e habitação a custos controlados tendo em vista abranger todos os estudantes deslocados e estudantes de primeiro ano.
- » Dinamizar um programa de **requerificação tecnológica das instituições do Ensino Superior** que permita uma melhoria das condições de funcionamento do ensino à distância.
- » Investir na **internacionalização do Ensino Superior Público**, valorizando a vertente da lusofonia e procurando criar redes de desenvolvimento comum.
- » Promover uma Estratégia Nacional de Valorização do Ensino Superior, com vista à reformulação dos cursos e das suas unidades curriculares face à necessidade de adaptação dos conteúdos a novos tempos e novos desafios da sociedade e do mercado de trabalho.
- » Reforçar o financiamento direto do Estado às instituições de ensino superior públicas, modernizando ainda a fórmula de distribuição do financiamento.
- » Utilizar os contratos-programa e contratos de desenvolvimento institucional, de duração plurianual, previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, que cumprem critérios de desenvolvimento das IES fundamentais para a modernização e melhoria do sistema.
- » Reduzir o limite máximo do peso das provas de ingresso na média de candidatura dos estudantes no Concurso Nacional de Acesso.
- » Rever o Estatuto do Trabalhador-Estudante e o Estatuto de Estudante-A atleta.
- » **Alargamento do passe de estudantes até aos 30 anos.**
- » **Criação do “passe estudante deslocado” ou complemento de deslocação.**
- » **Aumentar o número de alojamentos para estudantes, ampliando e construindo novas residências ou reabilitando o seu património,** e que garanta até 2030 um quarto numa residência todos os estudantes deslocados

>>> Escolhemos Avançar por +EMANCIPAÇÃO <<<

que o desejem bem como a todos os estudantes do 1º ciclo do ensino superior do primeiro ano.

- » Concretizar o reforço da habitação estudantil também através do desenvolvimento de um Programa Nacional de Habitação Cooperativa para Estudantes, devendo, ainda assim, ser colocado em segundo plano relativamente às políticas de construção e requalificação de novas Residências para Estudantes do Ensino Superior. Este programa teria recurso a um Fundo de financiamento constituído com apoios do Estado, de investidores e cooperantes.
- » Criar um programa “Alojamento Acessível para Estudantes do Ensino Superior”, através do qual o Estado arrende habitações e alojamentos locais para posterior colocação em subarrendamento para estudantes do Ensino Superior, a um preço 20% inferior ao praticado na média do município em referência, para estudantes deslocados.



>>> Trabalho Digno

O trabalho não é uma mercadoria nem tampouco um mercado. Somos a geração mais qualificada de sempre mas também a geração mais precária de sempre. Dignificar o trabalho é, por isso, um dos maiores desafios do nosso tempo e da nossa geração, constituindo um eixo fundamental para o combate às desigualdades sociais e para a emancipação dos jovens, assim como, por natureza, um dos grandes potencializadores de riqueza e bem-estar.

Ao contrário do que a ortodoxia neoliberal nos quer fazer crer, Portugal está muito longe de ser, no quadro da OCDE, o país que apresenta legislação laboral mais rígida, sobretudo após a flexibilização da legislação de proteção do emprego efetivada durante o período da troika, mas mantém, de facto, um contraste substancial entre segmentos tradicionalmente mais protegidos e outros mais precarizados, onde se destacam os jovens.

Por isso, escolhemos avançar por:

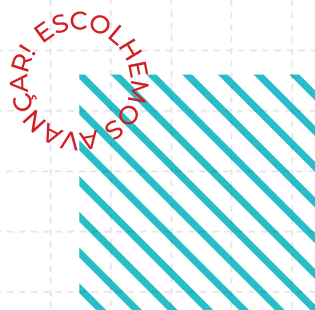
- » Criar um programa de incentivo fiscal à progressão salarial nas empresas.
- » Renovar o Programa Converte+, conferindo um apoio financeiro pela conversão de contratos a termo em contratos sem termo

>>> **Escolhemos Avançar por +EMANCIPAÇÃO** <<<

- » **Aumentar a bolsa dos estágios profissionais do IEFP**, assegurando uma adequada valorização das qualificações dos estagiários
- » **Traduzir e publicar o valor do salário mínimo nacional em valor horário**, para melhorar a consciência do valor de cada hora de trabalho suplementar.
- » **Reforço dos poderes executivos da ACT**, tornando permanente a capacidade de suspender despedimentos ilegais e equacionando a capacidade executiva perante a violação de outros direitos laborais;
- » **Apoiar a redução das semanas de trabalho no setor público e privado**, designadamente através das 35 horas semanais ou da semana de 4 dias;
- » **Revitalizar o Diálogo Social**, nomeadamente através da participação dos trabalhadores nos conselhos de administração das médias e grandes empresas.
- » **Eliminar a necessidade de deliberar a constituição das comissões de trabalhadores**, assumindo a sua existência por defeito;
- » **Promover o acesso dos trabalhadores à aquisição de participações sociais** das empresas em caso de venda, tal como já previsto no regime de privatizações.
- » **Estimular o acesso dos trabalhadores à partilha dos lucros das empresas;**
- » **Desenvolver limites proporcionais ou desincentivos às desigualdades salariais excessivas**, tomando por referência o indicador de desigualdade S80/S20, designadamente através de um salário mínimo por empresa ou de uma penalização fiscal ou contributiva sobre empresas com elevada disparidade salarial.
- » **Reforçar os regimes sancionatórios e contraordenacionais**, bem como a consignação a favor da ACT da receita proveniente de coimas interpostas por incumprimento e inobservância de normas e direitos laborais.
- » **Criar um índice de qualidade laboral**, que pondere diversos indicadores, como a rotatividade ou a disparidade salarial, e que possa ser utilizado como fator de avaliação em procedimentos de contratação pública.
- » **Permitir a inscrição de um trabalhador num sindicato no momento de admissão;**

>>> Escolhemos Avançar por +EMANCIPAÇÃO <<<

- » Permitir a dedução em 200% das quotas sindicais em sede de IRS, como incentivo económico à sindicalização.
- » Apoiar os jovens no acesso a estágios curriculares através do apoio a custos de alimentação e deslocação
- » Melhorar os mecanismos de reach out aos jovens NEET, envolvendo o IEFP e as autarquias.
- » Defender a justa remuneração do trabalho suplementar.
- » Aprofundar o regime de proteção social do trabalho independente.



>>> Habitação

O artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa consagra o direito à habitação e preconiza que o Estado estimule o acesso à habitação própria ou arrendada e promova a construção de habitações económicas e sociais. Reconhecendo o défice de políticas de habitação, a crescente especulação imobiliária e uma das mais elevadas taxas de esforço financeiro das famílias com as despesas de habitação na Europa, o PS lançou nos últimos anos um conjunto de reformas estruturantes como a Nova Geração de Políticas de Habitação, a Lei de Bases para a Habitação ou o Plano Nacional de Alojamento Estudantil.

Todavia, por muito que tenhamos feito, nada sacia a ferocidade de um mercado rendido à pulsão especulativa. Não queremos ser só arrendatários, nem podemos esperar até haver suficiente habitação pública. É preciso soluções que apoiem a aquisição de habitação própria pelos jovens e um reforço urgente dos programas de apoio ao arrendamento. Cada ano de atraso no desenvolvimento destas políticas é um ano que milhares de jovens atrasam os seus sonhos e projetos de vida.

Por isso, escolhemos avançar por:

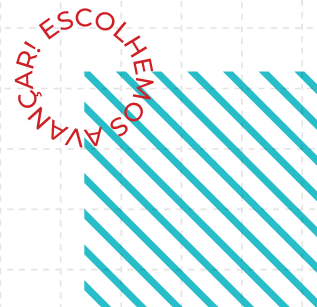
- » Financiar integralmente todas as candidaturas elegíveis ao Porta 65 Jovem, transformando o programa de

>>> Escolhemos Avançar por +EMANCIPAÇÃO <<<

uma lotaria para uma garantia, que realmente apoie a saída da residência familiar.

- » **Apoiar o acesso dos jovens ao crédito à habitação através de um mecanismo de Garantia Mútua** para o montante de capitais próprios de entrada.
- » **Reforçar o Programa de Arrendamento Acessível** com isenção de IMI para imóveis arrendados 20% abaixo do preço de mercado;
- » Reduzir o capital de entrada de um jovem na compra da sua primeira habitação através da isenção de IMT e imposto de selo
- » Rever o direito urbanístico reforçando os mecanismos ao dispor dos municípios para prever a alocação de parcelas de construção para arrendamento acessível ou para habitação pública;
- » **Expandir a oferta de habitação pública, tendo em vista uma meta de 10% da oferta nacional em 2030, promovendo não só a construção através de uma empresa pública de construção habitacional como também a compra de imóveis para disponibilização como habitação acessível;**

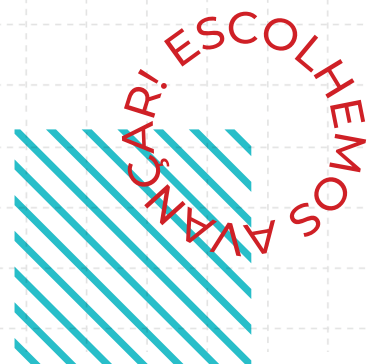
- » **Possibilitar a imposição de um contrato de arrendamento com efeitos retroativos**, mediante prova concreta da existência de arrendamento sem contrato ou com contrato irregular.
- » Rever as figuras de usucapião e a implementação de penalizações fiscais de imóveis devolutos, a fim de promover a sua mobilização para fins habitacionais.





Escolhemos Avançar por

+ LIBERDADE



Escolhemos Avançar por **+LIBERDADE**

O valor primordial em política e na sociedade é, sempre, a liberdade. O ser humano define-se pelo seu livre arbítrio e pela sua capacidade de ação. Diariamente, encontramos limites às nossas capacidades e escolhas nas desigualdades que enfrentamos. É, por isso, que a primeira linha de defesa da liberdade é mesmo o Estado Social e que sempre que redistribuímos rendimento e riqueza estamos também a redistribuir liberdade.

Não há partido que preconize mais nas suas políticas o valor da liberdade do que o Partido Socialista. Nos últimos anos tivemos de reconstruir os serviços públicos, que ainda hoje sofrem da falta de pessoal, infraestruturas e equipamentos, refletindo-se numa cada vez maior crise de credibilidade, sobretudo junto das classes médias. Reconstruir o Estado Social não poderá limitar-se a uma visão assistencialista. Serviços públicos só para pobres são serviços públicos pobres. É preciso modernizar, universalizar e expandir o Estado Social para que este responda a uma sociedade do Século XXI, com novos desafios e novas exigências.

»»» Educação

A educação e a formação são pilares fundamentais do desenvolvimento de qualquer sociedade, constituindo um fator de mobilidade e coesão social. A Escola Pública tal como preconizada pela nossa Constituição - universal e gratuita - tem sido um dos principais garantes da mobilidade social nos últimos 45 anos. O sistema público de ensino tem assumido um papel fulcral em cumprir esses desígnios, assegurando um ensino de qualidade para todos, que não deixe ninguém para trás. É esse caráter universal que torna a Escola Pública tão consensual e verdadeiramente inatacável para a esmagadora maioria da sociedade portuguesa.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » **Criar um programa piloto de novos modelos de acesso ao ensino superior, através de uma via de ingresso com vagas específicas para esse efeito, tendo em vista promover um ensino menos focado nos exames e mais centrado nos alunos;**
- » **Dar continuidade ao trabalho desenvolvido em matéria de flexibilização do currículo, dando mais liberdade de**

Escolhemos Avançar por +LIBERDADE

escolha ao aluno sobre o seu próprio percurso.

- » Democratizar as escolas e o ensino superior, reperspetivando os estudantes como co-criadores do projeto educativo, aumentando a representação dos estudantes nos órgãos de gestão, nomeadamente regressando ao Conselho Pedagógico;
- » Rever o Estatuto do Aluno, recuperando os planos individuais de trabalho para alunos.
- » Reforço da orientação vocacional e da rede de saúde mental em contexto escolar;
- » Reavaliar a experiência da constituição de mega-agrupamentos escolares, compreendendo em que casos esta foi positiva ou negativa e que correções ou reversões é necessário efetuar.
- » Aprofundamento dos projetos educativos de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, com uma aposta complementar nos Percursos Curriculares Alternativos.
- » Repensar os métodos de avaliação tradicionais, reforçando a avaliação contínua e os métodos de avaliação que exigem desenvolvimento crítico da matéria.

- » Investir em equipamento laboratorial que permita modernizar e dar mais condições efetivas ao ensino experimental das ciências.
- » Melhor adequação da oferta de ensino profissional à realidade económica de cada região.
- » Valorizar as associações de estudantes e desenvolver um programa de apoio à sua legalização, através do IPDJ, em parceria com as autarquias locais.
- » Reformular a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e garantir a sua implementação junto das comunidades educativas, equacionando a avaliação de aprendizagens e contagem para média;
- » Promover a realização de anos sabáticos entre a conclusão do ensino secundário e o ingresso no Ensino Superior, apoiado por financiamento público.
- » Reforçar os programas de mobilidade de alunos no ensino secundário, tanto a nível interno como a nível internacional;
- » Disponibilizar progressivamente os conteúdos letivos em manuais digitais, tornando o ensino mais interativo, mais moderno e eficaz.

>>> Escolhemos Avançar por +LIBERDADE <<<

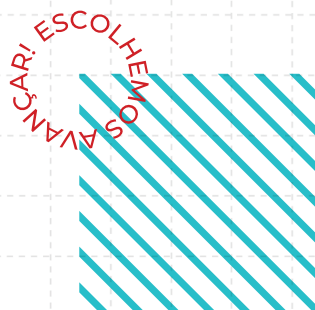
- » Reforçar o ensino tecnológico no ensino básico e secundário, aprofundando a oferta de ensino de competências digitais e de programação e competências computacionais.
- » **Efetivar a gratuidade de transporte escolar para os alunos da Educação Pré-Escolar e do Ensino Secundário,** enquanto instrumento de equidade educativa que alarga o apoio às famílias, viabilizando o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar.

>>> Saúde

O nosso Serviço Nacional de Saúde, mais do que qualquer outro setor ou área de atividade, foi alvo de uma forte pressão pela pandemia do COVID-19. Sabemos também das nefastas consequências que esta pandemia causou e tem causado em matéria de saúde mental, em particular nas gerações mais jovens.

A defesa do legado deixado por António Arnaut é agora absolutamente fundamental. Temos que dotar o Serviço Nacional de Saúde de mais valências e de mais recursos humanos por forma a que este possa responder a todas as necessidades da população portuguesa. Temos de o completar com o reforço de cuidados em áreas como a saúde mental, visual e oral.

A saúde mental é um dos pilares em falta no Serviço Nacional de Saúde, apesar de assumir cada vez mais expressão nos problemas de saúde de todas as gerações. Tal é particularmente verdade para os jovens, constituindo-se como uma das principais causas de morte entre jovens e tendo o mais recente estudo da FFMS concluído que 26% dos jovens toma ou já tomou medicamentos contra a depressão ou ansiedade e 23% já teve pensamentos suicidas ou tentou o suicídio. Torna-se pois urgente democratizar o acesso ao acompanhamento psicológico, pelo que se torna necessário recrutar mais psicólogos para o SNS, que precisa de

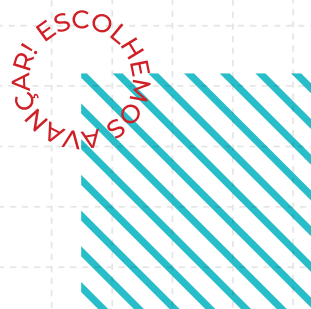


>>> **Escolhemos Avançar por** <<< **+LIBERDADE**

duplicar o rácio atual de psicólogos por cada 100.000 habitantes para ter as condições necessárias para a prestação de serviços.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » **Reforçar a capacidade formativa de novos médicos, garantindo que todos têm acesso à especialidade.**
- » **Reforçar o número de vagas para a especialidade médica, com vista a suprimir as necessidades existentes, principalmente nos territórios de baixa densidade.**
- » **Aumentar a oferta de áreas em carência no serviço nacional de saúde, como a medicina dentária ou a nutrição, garantindo uma oferta universal e completa de cuidados de saúde.**
- » **Promover programas de ensino de técnicas de Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa.**
- » **Criação de um Programa Nacional de Literacia em Saúde Mental e de Promoção de Competências Socioemocionais na escolaridade obrigatória**
- » **Criar a figura do “Psicólogo de Proximidade”, à semelhança da do Médico de Família**
- » **Criação do cheque-Psicólogo à semelhança do cheque-dentista**
- » **Incluir nas equipas de saúde escolar que fazem o acompanhamento das comunidades escolares, incluindo na orientação vocacional dos alunos nos anos prévios a transições/escolhas escolares.**
- » **Criação da figura do “Psicólogo do Trabalho”, que passa pela obrigatoriedade de inclusão de psicólogos nas equipas de Medicina do Trabalho.**
- » **Democratizar o acesso à Saúde Visual, alargando a participação pública dos artigos e produtos de saúde visual e ocular.**
- » **Disponibilizar em farmácias comunitárias a profilaxia pré-exposição, prevenindo a infecção com VIH.**



>>> Escolhemos Avançar por +LIBERDADE <<<

>>> Combate à pobreza e desigualdades

Nunca tão poucos foram detentores de tanta riqueza! Vivemos atualmente numa das sociedades mais desiguais de que há memória. O papel e desígnio de um agente político deve ser, mais do que nunca, o combate à pobreza e exclusão social. A Juventude Socialista conta já na sua história com um conjunto alargado de bandeiras nesta área, porém, temos a ambição de fazer mais e de colocar um fim a tanta desigualdade a que assistimos.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » Tributar autonomamente em sede de IRC a remuneração do trabalho acima de um milhão de euros.
- » Criar um imposto sobre heranças de elevado valor.
- » Prosseguir na criação de maior progressividade no IMI, permitindo aos municípios criar escalões para a cobrança deste imposto;
- » Implementar de forma progressiva a coleta negativa em deduções fiscais para que pessoas com baixos rendimentos tenham acesso a estes benefícios.
- » Alargamento do IRS Jovem a todos os jovens até aos 30 anos e que tenham

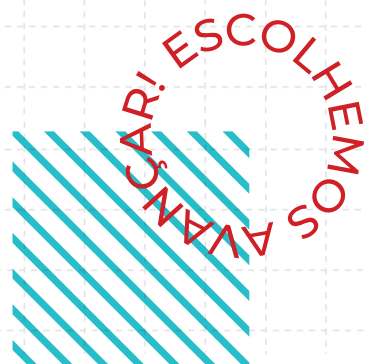
concluído a sua formação académica nos últimos 2 anos.

- » Promover a igualdade de tratamento fiscal entre diferentes ativos e rendimentos financeiros, designadamente mais-valias mobiliárias, criptomoedas e afins.
- » Transformação do mínimo de existências e da dedução específica em deduções à coleta, reforçando assim a sua progressividade.
- » Minimizar as situações de perda de rendimento líquido com aumentos de rendimento bruto, através da adoção de um sistema de taxas marginais por escalões ao nível da retenção na fonte.
- » Reforçar o englobamento dos rendimentos, garantindo que o trabalho não paga mais imposto do que rendimentos especulativos ou rentistas.
- » Continuar a defender a taxação supranacional das operações financeiras de carácter especulativo.
- » Reforço do Programa Escolhas e dos CLAIM.



Escolhemos Avançar por

+ DEMOCRACIA



Escolhemos Avançar por +DEMOCRACIA

A Democracia atravessa, hoje, uma nova crise, um pouco por todo o Mundo, com uma desconfiança crescente dos cidadãos nas instituições democráticas, e com a reemergência de movimentos populistas, xenófobos e autoritários. O Século XX mostrou-nos como a desigualdade, o ódio e a intolerância levaram à degenerescência das democracias liberais. Os socialistas portugueses foram uma força liderante na luta pela liberdade e pela preservação da democracia. O exercício de uma cidadania ativa é elemento crucial do regime democrático. A JS pugna por uma maior participação dos cidadãos nas decisões da vida coletiva da sua comunidade, aos vários níveis de poder. Os elevados valores da abstenção impelem-nos a criar soluções para qualificar e reforçar a democracia representativa. Porque não concebemos a liberdade plena sem a prossecução da igualdade, e porque a desigualdade corrói a democracia. Além de prosseguir uma política tendente a eliminar todas as formas de discriminação, compete ao Estado adotar medidas para assegurar o desenvolvimento ou a proteção de determinados grupos ou indivíduos, a fim de lhes garantir, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais.



Crise da democracia

Portugal vive em Democracia há 47 anos. E o desgaste do atual sistema político faz-se sentir de várias formas. Em primeiro lugar, os níveis de abstenção têm vindo a crescer de forma constante, afetando todos os momentos eleitorais, em particular os sufrágios europeus e presidenciais. Os cidadãos sentem cada vez mais que o seu voto não conta e que a Democracia se tem revelado incapaz de promover uma real participação e audição da sociedade, por parte do poder político. Paralelamente, o desinteresse político é reforçado pela falta de informação, interesse e conhecimento sobre a realidade política, cada vez mais complexa. Em segundo lugar, o surgimento de forças extremistas e populistas de natureza demagógica, que alimentam um espírito divisionista da sociedade, assente em princípios racistas, xenófobos, misóginos e homofóbicos, ameaça a liberdade, a igualdade e a elevação do debate político. Em sequência do primeiro e do segundo ponto, a proliferação de desinformação e notícias falsas, de forma deliberada ou acrítica, influencia negativamente as escolhas dos cidadãos, com consequências nefastas para a sociedade, promovendo a ignorância relativamente à ciência e à história. Por

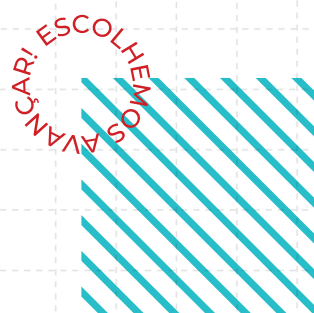
>>> **Escolhemos Avançar por +DEMOCRACIA** <<<

último, a desconfiança relativamente às instituições, patente nos índices de perceção de corrupção elevados em Portugal, por parte dos cidadãos, danifica a credibilidade da intervenção pública e política. A Democracia exige cidadãos mais envolvidos e informados e essas são carências que é preciso resolver.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » Criar o **Dia do Eleitor**, a par do Dia da Defesa Nacional, para sensibilizar os jovens que vão atingir a maioridade para os seus direitos políticos e a forma de os exercer, bem como a organização do sistema político;
- » **Permitir o recenseamento eleitoral voluntário a partir dos 16 anos de idade;**
- » **Alargar o modelo do voto antecipado, em mobilidade, às eleições autárquicas;**
- » Promover um amplo debate nacional sobre a reforma do sistema eleitoral;
- » Criação de um tempo de antena institucional em todos os meios de comunicação subsidiados pelo Estado, com o objetivo primordial de (i) promover e fomentar a participação dos cidadãos na vida democrática, e bem assim (ii) combater a desinformação;

- » Promover o fact-checking, através da acreditação dos seus prestadores e do apoio ao seu funcionamento;
- » Criação de um conjunto de parcerias com várias personalidades de reconhecida notoriedade social, ditos “influencers” para a promoção de uma cidadania ativa e escrutinadora, bem como para dissipar preconceitos e falsas-verdades;
- » Capacitar a Entidade Reguladora para a Comunicação Social para uma melhor proteção da deontologia e dos direitos dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social;



>>> Escolhemos Avançar por +DEMOCRACIA <<<

>>> **Direitos, Liberdades e Garantias**

Em 2022, ano em que nos apresentamos a eleições legislativas, seria para nós óbvio que, independentemente da etnia, religião, orientação sexual, identidade de género, profissão e nacionalidade os direitos, liberdades e garantias fossem já adquiridos por todos os grupos minoritários na sociedade portuguesa. Em quase 50 anos de democracia houve muito caminho trilhado, que mudou radicalmente o tecido social português.

Contudo, persistem injustiças estruturais, agravadas por um diálogo político à direita cada vez mais intolerante e com grande carga ideológica. Muitas vezes, no mesmo diálogo político, ouvimos a crescente narrativa de que a “política identitária” não resolve os problemas dos portugueses comuns. Pois bem, a chamada “política identitária” não é mais que o cumprimento constitucional dos direitos, liberdades e garantias.

A cultura da tolerância, do bem-estar, da felicidade e da prosperidade ao acesso de todos é uma marca da água da Juventude Socialista. Ao zelar pelo direito de autodeterminação para todas as pessoas transgénero, não falamos de política identitária, mas sim de direitos humanos. Ao exigir o fim da brutalidade policial desproporcional para as comunidades racializadas não falamos de uma distante “política identitária”, mas sim de direitos humanos. Ao propor a

legalização da cannabis não falamos apenas de uma “causa fraturante”, mas sim de uma política pública inteligente assente na evidência. Não recusamos a batalha pelos direitos das minorias, não recusamos nunca os devidos direitos, liberdades e garantias a todos os portugueses, sem exceção.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » **Regulamentar as sociedades e estabelecimentos de trabalho sexual num modelo cooperativo, mantendo a proibição do proxenetismo;**
- » **Legalizar e regulamentar o consumo e produção de cannabis para fins recreativos, bem como o autocultivo;**
- » **Descriminalizar a interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas.**
- » **Reforçar a proteção contra os crimes de ódio, avançando com a pena acessória para titulares de cargos públicos condenados por estes crimes.**
- » **Prosseguir com a expansão do acesso à procriação medicamente assistida;**
- » **Garantir o igual acesso a bens e serviços independentemente da localização geográfica, impedindo que as plataformas digitais continuem a excluir bairros sociais e outras áreas urbanas;**

>>> **Escolhemos Avançar por +DEMOCRACIA** <<<

- » Combater o uso excessivo da força por parte de agentes da autoridade, reforçando o combate ao racismo e a capacidade inspetiva e disciplina da IGAJ;
- » Promover o ensino da Língua Gestual Portuguesa, bem como a identificação de uma bolsa de intérpretes, assegurando a sua mais ampla utilização;
- » Eliminar barreiras físicas e arquitectónicas nos serviços públicos, incluindo nos transportes públicos;
- » Reforçar o modelo de apoio à vida independente e os apoios aos cuidadores informais.
- » Investir na criação de “salas de consumo assistido” para drogas pesadas por uma questão de saúde pública, garantia de dignidade e segurança, mantendo o princípio de ajuda e tratamento e não de estigmatização e punição.
- » **Aprovar uma Lei da Igualdade e Não-Discriminação até ao final da próxima legislatura**, protegendo situações de multidiscriminação e consolidando vários diplomas dispersos.

>>> **Direitos LGBT**

O direito a casar com quisermos, o direito a dormir com quem quisermos, o direito a ter afetos públicos com quem quisermos é um direito de personalidade. Portugal tem de continuar o caminho da afirmação da tolerância, onde todos os projetos de vida são dignos, protegidos pela Lei e afirmados.

O caminho percorrido pela Juventude Socialista desde os anos 90 é o nosso legado. O caminho percorrido pelo País é a nossa sólida base para continuar a garantir o direito à livre sexualidade. Tendo já assegurado o fim da clandestinidade, o direito ao casamento, à adoção, à autodeterminação de género e, até, ao fim da discriminação na dádiva de sangue, cumpre agora continuar um projeto político que termine de uma vez por todas com o preconceito, poluição do diálogo público e batalhe, continuamente, pela igualdade de uma comunidade historicamente silenciada.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » Criminalizar as terapias de conversão de orientação sexual.
- » Ampliar a rede de Casas de Abrigo para a população LGBTIQA+.
- » Permitir aos homens solteiros e aos casais de homens o acesso à gestação de substituição.

>>> **Escolhemos Avançar por +DEMOCRACIA** <<<

- » **Reforçar o direito à autodeterminação de género, através da instituição legal do terceiro género e de nomes neutros em género.**
- » **Promover maior oferta de cuidados de saúde LGBT, em particular de operações de transição de género no Serviço Nacional de Saúde;**
- » **Incluir a saúde LGBT+ nos planos curriculares de cursos ligados à saúde (enfermagem, medicina, etc.) e formação de profissionais de saúde nessa área.**
- » **Permitir aos estabelecimentos comerciais a existência de casas de banho neutras em género.**
- » **Isentar todas as taxas de atualização dos dados inerentes ao processo da mudança de género.**
- » **Reforçar a fiscalização do assédio no arrendamento,** prevendo a ilegalidade de discriminação por parte dos senhorios no arrendamento do seu património a inquilinos LGBT+.
- » **Lutar por uma Europa mais justa e humanitária em matéria de direitos LGBTIQA+,** condenando a política de Estados-Membros como a Polónia e Hungria que reprimem e segregam minorias

>>> **Igualdade de género**

O género é, ainda, no ano de 2022, um impedimento ao potencial pleno das portuguesas. A educação patriarcal, a diferença salarial, a menor representação política, religiosa e até mesmo cívica, impede as mulheres de sonharem com um futuro totalmente igual. Afirmamos, por isso, sem pudores, o nosso cariz absolutamente feminista. Compreendemos que vivemos numa sociedade patriarcal, desequilibrada e profundamente injusta. Começando na infância e terminando na desequilibrada distribuição das tarefas domésticas e encargos familiares. As mulheres portuguesas não podem sofrer no seu salário o impacto dos cuidados familiares, não podem ter na Lei um maior tempo de licença de parentalidade, nem podem ter uma representação política inferior. O consenso científico indica que o crescimento potencial do país aumenta exponencialmente quanto mais as mulheres estiverem inseridas plenamente e em igualdade no mercado de trabalho. A igualdade de género é um meio e um fim para o crescimento do País.

Por isso, escolhemos avançar por:

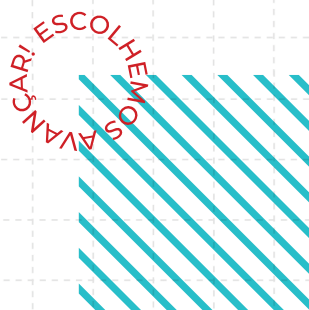
- » Mitigar a pobreza menstrual com programas de distribuição gratuita dos produtos, optando por produtos sustentáveis.
- » Rever o conteúdo dos curriculares escolares no sentido de promover a

>>> Escolhemos Avançar por +DEMOCRACIA <<<

igualdade de género, nomeadamente quanto à educação sexual.

- » Distribuir gratuitamente produtos de higiene menstrual nas escolas e universidades a jovens provenientes de famílias carenciadas;
- » Aproveitar a proposta legislativa para flexibilizar as regras em matéria de fixação das taxas de IVA na UE, e incluir este tipo de produtos nos artigos isentos ("taxa zero"), considerando-os como bens essenciais ou, em último caso, incluir os mesmos na taxa reduzida inferior a 5%.
- » Alargamento e a utilização paritária de licenças de paternidade e maternidade.
- » Criação de uma taxa de penalização da desigualdade salarial de género, a incidir sobre as empresas que tenham uma maior disparidade salarial entre homens e mulheres ou não-binários;
- » Criação de meios de fiscalização, para a verificação, em contexto laboral, do cumprimento de cotas género nas administrações das empresas uma vez que o acesso de mulheres a cargos de chefia.

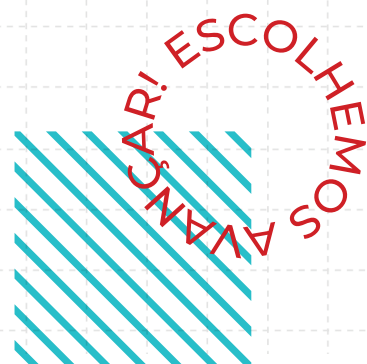
- » Combate à violência e assédio sexual condenando a violação e a violência doméstica e no namoro, a educação para o consentimento sexual e o reforço do apoio às vítimas através da criação de centros de acolhimento temporário para as mesmas.





Escolhemos Avançar por

+ OPORTUNIDADES



Escolhemos Avançar por **+ OPORTUNIDADES**

Somos um país repleto de oportunidades. Vemos Portugal com um valor recorde de investimento direto estrangeiro. Todavia, há falta de oportunidades em grande parte do país e para muitos segmentos da nossa população. Os jovens conhecem bem esta falta de oportunidades e, enquanto jovens socialistas, pugnamos por um desenvolvimento que não deixe ninguém para trás.

Nos últimos 30 anos, Portugal apenas cresceu mais do que a União Europeia em anos em que o país era governado por socialistas (com exceção do ano de 1994). Desde 2001, o país tinha conhecido uma estagnação das suas oportunidades que só foi invertido a partir de 2016, com a recuperação económica às mãos do Governo do PS, tendo convergido em todos os anos exceto 2020, ano da pandemia em que o peso do turismo na economia nacional foi determinante para uma quebra significativa do PIB.

Para podermos continuar a convergir com a União Europeia, temos de conseguir não só melhorar a produtividade, através da aposta na inovação e na transição digital, mas também assegurando que todos os territórios alavancam o crescimento, que há população ativa para trabalhar e que há emprego e indústria para fixar cá.



Coesão Territorial e Autonomia Regional

Recusamos um país dividido sobre si mesmo. Recusamos um país que não desenvolve o pleno potencial do seu território. Recusamos um país onde o território é abandonado e as suas gentes esquecidas. Recusamos um país centralista. Somos uma juventude autonomista e regionalista e queremos a coesão territorial.

A coesão territorial é não só sobre o desenvolvimento económico e social de Portugal como um todo mas também sobre direitos das pessoas. Para inverter a tendência de divergência afigura-se como fundamental apostar nos territórios de baixa densidade como motores de desenvolvimento das regiões, atraindo população, tecido produtivo e serviços públicos e sociais, numa lógica de desenvolvimento integrado e alavancagem de sinergias.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » Realizar um referendo à regionalização até 2024;
- » Reforçar as competências das CIM, aprofundando e consolidando a reforma do Estado e descentralização de competências;

»»» Escolhemos Avançar por + OPORTUNIDADES <<<

- » Analisar a reforma dos limites territoriais das CIM e CCDR, aproximando-as das cadeias de valor e do ordenamento sociológico, assim como assegurando uma maior harmonização das fronteiras administrativas;
- » Fim das portagens em todo o país, através da sua redução faseada, com prioridade para as antigas SCUTs.
- » Conclusão do desenvolvimento da rede rodoviária e em particular dos Itinerários Complementares, enquanto meio de desenvolvimento dos territórios e especialmente dos municípios separados por faixas de montanha;
- » Planeamento conjunto de serviços básicos nos territórios transfronteiriços nas áreas de educação, saúde, serviços sociais, protecção civil;
- » Promoção do trabalho transfronteiriço, instalando serviços de valor acrescentado e incentivando a localização de PME cujos serviços sirvam ambos os lados da fronteira;
- » Desenvolvimento da estratégia de cooperação transfronteiriça, de forma a promover regiões transnacionais e Eurocidades, tais como a EuroRegião Galiza-Norte de Portugal.
- » Estabelecer acordos transfronteiriços para a partilha de serviços públicos, como saúde ou protecção civil.
- » Promover a fixação de multibancos em territórios de baixa densidade, através do apoio à realização de contratos de serviço público.
- » Definir uma estratégia de desconcentração de serviços públicos, organizando assim a vontade de localizar fora de Lisboa os serviços centrais do Estado;
- » Relançar o Programa “Chave na Mão”, facilitando a deslocalização de agregados familiares para o interior através do subarrendamento dos seus fogos no litoral pelo Estado.
- » Permitir às instituições de ensino superior localizadas em territórios de baixa densidade, assegurando a sua compensação por transferência do Orçamento do Estado.
- » Aprofundar as Leis de Finanças Regionais, reforçando os poderes fiscais e a capacidade de endividamento em momentos de crise;
- » Simplificar o processo de reembolso do Subsídio Social de Mobilidade para residentes, com a possibilidade de requisição online;
- » Encorajar a criação do Tribunal da Relação dos Açores e da Madeira, eliminando a dessincronia institucional existente entre a organização do poder político e a organização judiciária.

>>> Escolhemos Avançar por + OPORTUNIDADES <<<

- » Promover a efetivação do direito ao acesso a cuidados de saúde especializados em todas as ilhas dos Arquipélagos, criando um serviço itinerante de médicos especialistas, segundo uma agenda articulada com as respetivas Unidade de Saúde de Ilha;

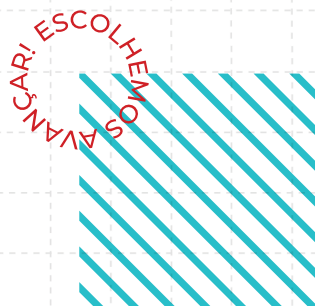
>>> Reindustrialização e criação de emprego

Portugal atingiu em 2021 a mais baixa taxa de desemprego dos últimos 16 anos e mais de 500.000 pessoas foram empregadas no período de governação do Partido Socialista. A continuação do desenvolvimento económico passa por continuar a criar emprego, ele próprio gerador de crescimento e de prosperidade em novos setores económicos. A especialização inteligente - baseada nas vocações do território - assume particular preponderância para o desenvolvimento regional e nacional, mas também para a afirmação de novos setores, onde a indústria 4.0 ganha escala.

Os jovens foram o segmento geracional mais fustigado pela crise pandémica, sendo Portugal o 5º país da União Europeia com maior taxa de desemprego jovem (22,8%) e o 2º país europeu com maior diferença entre esta taxa e a taxa de desemprego geral. Outra realidade preocupante são os jovens NEET que, segundo as estimativas existentes superaram os 213 mil no terceiro trimestre de 2021, representando aproximadamente 10% dos jovens portugueses.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » **Criação do Programa Ponte**, de incentivo à ocupação de jovens, durante este período de escassez de vagas no mercado de trabalho, fomentando projetos de ocupação de tempos livres e



>>> Escolhemos Avançar por + OPORTUNIDADES <<<

formação preferencialmente qualificante e pós-secundária.

- » Alargamento para 90 dias e aumento do incentivo “Prémio ao Emprego” para duas a três vezes a remuneração.
- » **Aprofundar as agendas mobilizadoras para a inovação empresarial**, transformando-as numa verdadeira agenda de prioridades de investimento de médio e longo prazo para o país, que possa alavancar a construção das infraestruturas mais necessárias para as próximas décadas em matéria de transição energética, saúde, acessibilidades e digitalização, e que mobilize os recursos endógenos e vantagens comparativas de cada região do nosso território.
- » Definição de um programa de incentivos setoriais à fixação de indústrias definidos por região de acordo com as vocações e potencial endógeno de cada território, numa lógica de especialização inteligente.
- » Apoiar a **criação de centros de qualificação no tecido empresarial**, em articulação com a rede científica e de ensino superior, nos territórios de baixa densidade.
- » Desenvolvimento de programas especialmente vocacionados para a industrialização, nomeadamente através da formação especializada pós-graduada e de 2º ciclo.

>>> **Desenvolvimento Sociocultural**

A valorização da cultura e do desporto representam uma oportunidade de desenvolvimento humano, mobilizando as comunidades para a dinamização dos seus territórios. A cultura é um dos principais motores de desenvolvimento civilizacional e um veículo indispensável da produção de conhecimento individual e comunitário. Reconhecemos a importância do património cultural, não apenas enquanto conjunto de construções imóveis, mas também naquilo que é intangível e imaterial.

A cultura constitui assim um elemento de identidade e pertença para as comunidades. Cabe ao Estado apoiar todas as iniciativas e projetos culturais que não encontram no mercado as condições necessárias para se desenvolverem, protegendo assim a liberdade de produção, difusão e consumo cultural, através de subsidiação mas também da capacitação e qualificação económica da produção cultural.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » **Duplicar o Orçamento para a Cultura até 2026.**
- » Expandir o programa **Cheque Cultura**, para que integre todos os jovens entre os 16 e os 30 anos, promovendo o acesso a espetáculos, exposições, concertos e museus.

»»» Escolhemos Avançar por + OPORTUNIDADES <<<

- » **Apostar decisivamente na valorização e conservação da Cultura** e, em particular, do património cultural, considerando também ser fator-chave de atração turística;
- » Simplificar o processo de candidatura a financiamentos públicos nos mais variados setores artísticos, fornecer apoio jurídico aos processos de candidaturas, integrar o setor artístico nas decisões de atribuição de financiamento e promover uma distribuição territorial mais justa e coesa desses apoios financeiros.
- » Promover o investimento em produções nacionais por parte **das gigantes multinacionais** de streaming e produção audiovisual e musical.
- » Defender a criação de uma carteira profissional para o ator, baseada na experiência formativa e currículo demonstrado no setor teatral e audiovisual.
- » Reforçar das competências e dos meios das Direcções Regionais de Cultura, com a integração de mais **técnicos de Museologia/Património e arqueólogos**;
- » Dotar as estruturas existentes de fiscalização de formação e financiamento necessário para o controlo sobre o abuso na utilização de produções culturais e artísticas, ao abrigo da propriedade intelectual, reforçando o setor cultural e criativo.
- » **Valorizar a formação e produção artística de cada região** através da criação de mais espaços de ensino e mais oportunidades de emprego nos seus concelhos;
- » Criar uma **rede integrada de residências artísticas** por todo o país;
- » Estabelecer a **gratuidade de todas as visitas de museus e equipamentos culturais em contexto de “Visita Escolar de Estudo”**.
- » Criar um **regime especial** para agentes do setor cultural no concurso nacional de **acesso ao ensino superior**, como se verifica atualmente para os atletas de alta competição;
- » Criar o **Prémio Nacional Jovens Artistas**, para artistas jovens em início de percurso, em diferentes áreas;
- » Garantir e promover o aumento do processo que a RTP tem vindo a realizar, de produção, promoção e transmissão de produções visuais nacionais.
- » Assegurar a transição de todos os produtos e serviços culturais para a taxa mínima

»»» Escolhemos Avançar por + OPORTUNIDADES <<<

- » Reduzir o IVA para as grandes distribuidoras comerciais de cinema caso seja garantido como contrapartida a reserva de parte da receita para investimento em produções nacionais.
- » Expandir do programa de internacionalização já existente para atores e produtores nacionais às restantes vertentes da produção cultural e artística, de forma a qualificar os agentes culturais e a aumentar a competitividade do mercado português.
- » Criar clusters de empreendedorismo que providenciem ferramentas de apoio ao desenvolvimento comercial das indústrias culturais e criativas, garantido acesso a conhecimento em gestão, tecnologia, marketing e apoio legal.
- » Criar uma estrutura financeira que permita capitalização e o investimento no sector cultural e criativo, através de mecanismos de microfinanciamento com condições favoráveis de baixos juros.
- » Prosseguir o trabalho, desenvolvido pela administração central, de passar cada vez mais património para a gestão municipal, com vista a acelerar os seus processos de recuperação.
- » Garantir que todos os concelhos têm oferta de desporto escolar e que pelo menos uma escola tem oferta de **desporto escolar adaptado**, fomentando a prática desportiva de todos os jovens independentemente das suas incapacidades;
- » Rever o **regime dos atletas de alta competição**, procurando garantir que em momento algum são prejudicados na sua vida académica ou profissional, expandindo também as fronteiras de segurança garantida a estes atletas para lá do horizonte da sua carreira desportiva;
- » Expandir **as deduções para desporto no IRS** através da inscrição das despesas em ginásios e clubes desportivos no âmbito da dedução de despesas de saúde, que suporta 15% do valor até um limite global de 1000€.
- » **Reduzir o IVA cobrado nos locais de prática desportiva** como ginásios e na aquisição de material desportivo.
- » Criar um **cheque-desporto** que permita aos jovens estudantes abrangidos pelos escalões A e B praticar uma modalidade não oferecida pelo desporto escolar da sua instituição de ensino pelo menos 1x por semana.

>>> Escolhemos Avançar por + OPORTUNIDADES <<<

>>> Migrações e Demografia

Portugal atravessa particulares desafios no âmbito da sua estrutura demográfica. Com as atuais previsões demográficas, Portugal será o país mais envelhecido da Europa dentro de poucas décadas. Este problema aprofunda-se tanto através do saldo natural negativo, no qual a baixa taxa de natalidade exerce um peso significativo, como pela crescente necessidade de trabalhadores em diversos setores, que só poderá ser corrigida com o aumento da força de trabalho por via da atração de trabalhadores estrangeiros.

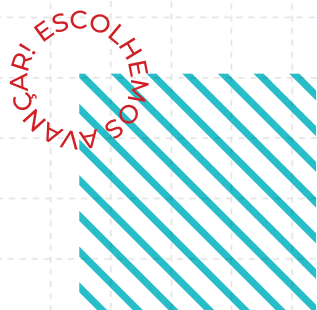
É, por isso, não só um imperativo moral como também uma necessidade económica e social do nosso país ser mais amigo da natalidade e da imigração. Nos últimos anos, muitos foram os jovens que saíram do país e muitos foram os que adiaram projetos de criar família. Ao mesmo tempo, alguns territórios, sobretudo agrícolas, estão a sofrer com a pressão de elevados influxos de imigrantes, gerando problemas de falta de integração.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » Expandir a rede de creches públicas, geridas pela administração central ou local, à semelhança da rede de ensino pré-escolar desenvolvida e reforçada com a reforma de 1997, tendo como meta a gratuidade e universalidade até 2030.
- » Defender a universalização do abono de família, encarando-o como um direito e não apenas como um incentivo à natalidade ou como uma política de combate à pobreza.
- » Prorrogar e divulgar melhor o Programa Regressar, articulando-o através de Gabinetes de Apoio ao Emigrante.
- » Estabelecer um Fundo de Emergência Demográfica para apoiar territórios que tenham sofrido choques migratórios significativos, tanto para combater a desertificação e impulsionar a economia local, como, por outro, para garantir habitação, serviços públicos e a integração das comunidades migrantes no território.
- » Desenvolver um projeto piloto de brigadas contra a escravatura moderna, envolvendo a ACT, SEF e forças de segurança, centrada em fazer cumprir os direitos dos migrantes, e diminuindo os tempos de articulação entre serviços.
- » Assegurar que as crianças imigrantes também são elegíveis para receber ação social escolar.
- » Garantir a atribuição de vagas e bolsas de acesso ao Ensino Superior para jovens refugiados, assegurando o direito à educação para todos.

Escolhemos Avançar por **+ OPORTUNIDADES**

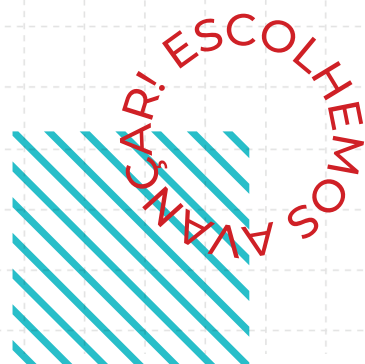
- » Acompanhar os imigrantes no reconhecimento de diplomas e graus académicos obtidos no estrangeiro ou para definição de áreas e ECTS a frequentar nos casos necessários;
- » Apoiar os migrantes na organização dos documentos legais com vista à sua entrada em Portugal bem como a ligação entre empresas portuguesas e trabalhadores estrangeiros, combatendo as redes de imigração ilegais e as situações precárias que muitos imigrantes enfrentam à chegada.





Escolhemos Avançar por

+ FUTURO



Escolhemos Avançar por +FUTURO

Não há futuro num planeta em chamas. Não há futuro desligado do digital. Hoje, há transições gêmeas que se afirmam como eixos indispensáveis para o nosso futuro coletivo - o clima e o digital. Talvez seja também por isso que a nossa geração se tem mobilizado tanto nestas causas, desde a greve climática estudantil às redes sociais.

Portugal tem-se afirmado como líder em ambas estas áreas. Somos um dos países europeus que mais renováveis incorpora no seu mix energético. Fomos o primeiro país do mundo a comprometer-nos com a neutralidade carbónica e liderámos a Europa na aprovação de uma Lei Europeia do Clima. Foi também Portugal que desenvolveu o padrão europeu de políticas de empreendedorismo e que lidera a Europa em serviços públicos digitais e infraestruturas de telecomunicações.

Todavia, desde a dependência do transporte particular até à falta de competências digitais de partes da população e do tecido empresarial, ainda temos muito caminho para progredir. Há escolhas essenciais a tomar para o país avançar, de forma justa, nestas transições.

»»» Transição Climática

As alterações climáticas são a luta existencial da nossa geração, que terá que viver a maioria das suas vidas num planeta em chamas. Nesse planeta, há menos empregos e produtividade e mais catástrofes naturais. O que fizemos ao clima apresenta-nos uma emergência não só ambiental como também económica e humanitária.

O relatório do IPCC deste verão reforça a urgência de agir, evidenciando que para limitarmos o aquecimento global a 1,5°C teremos que atingir a neutralidade carbónica muito antes de 2050. A lei de bases do Clima, recentemente aprovada com forte participação da Juventude Socialista, oferece uma base rigorosa, ambiciosa e socialmente justa para acelerar a transição climática em Portugal. Importa agora ir além das promessas goradas das COP e agir.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » Antecipar a Meta da Neutralidade Carbónica para 2035.
- » Reforçar progressivamente até à gratuitidade o desconto para jovens até aos 23 anos nos transportes públicos



Escolhemos Avançar por +FUTURO



urbanos, e estender o desconto para estudantes de 1º e 2º ciclo do Ensino Superior maiores de 23 anos

- » Limitar a venda de garrafas de plástico na restauração, promovendo simultaneamente a sua substituição por materiais biodegradáveis.
- » Promover a venda a granel nos supermercados.
- » Combater a obsolescência programada e apoiar a economia da reutilização e da 2ª mão.
- » Promover a economia da partilha, designadamente na área da mobilidade, facilitando a regulamentação destas plataformas e incentivando a sua utilização.
- » Investir na construção de mais centrais de separação do lixo, criando condições para uma melhor reciclagem dos resíduos.
- » Implementar a separação de resíduos em todos os serviços da administração pública e Setor Empresarial do Estado.
- » Apoiar a aquisição de compostores eléctricos individuais.
- » Considerar fatores de sustentabilidade nas regras e critérios de adjudicação

dos procedimentos de contratação pública, que favoreçam a adjudicação do fornecimento de produtos e serviços mais sustentáveis.

- » Criar o estatuto jurídico dos refugiados climáticos, que regule o seu acolhimento.
- » Introduzir na rede nacional de reciclagem de ecopontos para beatas.
- » Aumentar para 23% o IVA de carnes vermelhas e das espécies ameaçadas.
- » Promover a aquicultura como forma mais sustentável de produzir proteína animal.
- » Promover projetos pilotos de maximização da eficiência dos transportes públicos e tecnologias como o sistema "mobility-as-a-service".
- » Reconverter os Edifícios públicos para Edifícios NZEB (Near zero energy building), auto-suficientes em produção energética através de tecnologia fotovoltaica, energeticamente eficientes convertendo a iluminação para LED's, retendo as águas das chuvas para a utilização em autoclismos.
- » Prosseguir e aprofundar a remuneração dos ecossistemas, assegurando a conservação e reparação dos habitats.



Escolhemos Avançar por +FUTURO



- » Tornar as ementas vegetarianas por defeito nas cantinas públicas, permitindo a disponibilização de outras opções.
- » Sensibilizar e incentivar o sistema bancário, de modo a promover a incorporação dos riscos climáticos na análise de risco dos projetos e a discriminação positiva dos investimentos em atividades sustentáveis;
- » Formalizar o dever de redução das emissões de GEE enquanto dever fiduciário do sistema bancário.
- » Organizar o reporte das emissões de gases de efeito estufa nas grandes empresas que recebem apoios do Estado e empresas com estatuto de PME excelência e PME líder bem como as grandes empresas que recebem apoios do estado, as empresas devem reportar as emissões GEE scope 1 e 2; T
- » Coinvestir com investidores privados em projetos embrionários promovidos por startups com soluções para a economia verde (seed e pré-seed).
- » Agravar o IRC para as empresas que não apresentam ou cumprem metas de descarbonização.
- » Reduzir o imposto de selo para empréstimos verdes e circulares.
- » Construir ligações de todas as capitais de distrito à rede ferroviária ibérica, bem como o desenvolvimento da rede no eixo norte-sul no interior.
- » Promover a intermodalidade da bicicleta com os transportes públicos, construindo parques de estacionamento de longa duração para bicicletas nas estações ferroviárias e rodoviárias.
- » Definir e concretizar uma Rede Nacional de Infraestruturas Cicláveis e infraestruturas complementares.
- » Auditar e divulgar os consumos e eficiência energética dos edifícios públicos municipais em Portugal, sustentado com os respetivos apoios à melhoria das condições energéticas.
- » Canalizar fundos comunitários e do Fundo Ambiental para o investimento na infraestrutura de abastecimento de veículos movidos a hidrogénio e a criação de apoios para a compra destes veículos
- » Criar, através das dotações do Fundo Ambiental, de incentivos à compra e instalação de equipamento descentralizado de produção de energia renovável a nível familiar ou empresarial.
- » Financiar, através do Fundo Ambiental, a criação de locais de reparação de objetos em mau estado, promovendo a redução do consumo e a reutilização.



Escolhemos Avançar por +FUTURO



Transição Digital, Inovação e Ciência

A transição digital, que se prenunciava forte antes da pandemia da Covid-19, foi, por esta, brutalmente acelerada. Se muitos foram forçados a ganhar competências digitais neste período, tantos outros ficaram excluídos do acesso a serviços essenciais. Se muitos negócios se reinventaram no digital, as crescentes necessidades de tecnologias abre um campo de possibilidades para o crescimento económico.

A afirmação do país nesta área permite-nos superar a nossa condição geográfica periférica e competir não pelo baixo custo mas pelo valor acrescentado. 15 anos depois do Plano Tecnológico, Portugal é líder na área do digital, com as maiores empresas do mundo a fixarem os seus centros de competência nessa área. Todavia, não podemos parar, sob pena de sermos ultrapassados.

Por isso, escolhemos avançar por:

- » Criar um programa *Uptech* para elevar a maturidade tecnológica das empresas, incluindo uma nova versão dos *Jovens Técnicos* para a Indústria
- » Continuar a dotar o ensino dos instrumentos necessários para percorrer o caminho de uma digitalização justa e equilibrada, continuando também a equipar os jovens, especialmente os mais carenciados, com ferramentas

tecnológicas, e os professores com a formação adequada para utilizarem essas ferramentas.

- » Assumir a cobertura integral do território nacional com redes de alta velocidade (fibra ótica) como objetivo.
- » Dotar todo o país com uma rede de internet 4G e criar mecanismos para a rede 5G ser um meio de competitividade do interior.
- » Incentivar a abertura em instituições públicas de Ensino Superior de cursos totalmente digitais.
- » Modernizar a CNPD e lançar linhas de orientação concretas quanto a implementação de várias disposições do RGPD, nomeadamente relacionadas com recolha e uso de dados pessoais.
- » Trabalhar para lançar um regulador para todos os assuntos associados ao digital, em estreita colaboração com autoridades de proteção de dados, concorrência e fiscalização de segurança de produtos.
- » Reforçar investimento em cibersegurança para estruturas do Estado e apoio a privados, sobretudo nos setores mais críticos.
- » Voltar a apostar fortemente no empreendedorismo, nomeadamente



Escolhemos Avançar por +FUTURO

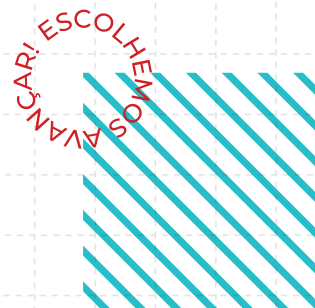


através de uma rede nacional de incubadoras dinâmica e uma Startup Portugal com medidas de apoio à criação de Startup logo após o término dos estudos.

- » Autonomizar a Rede Nacional de Incubadoras dotando a mesma de estrutura suficiente para fomentar o empreendedorismo em todo o país, fomentando parcerias e projetos conjuntos.
- » Trabalhar para encontrar mecanismos de promoção de atratividade de Portugal para nómadas digitais mas também de proteção dos seus direitos.
- » Promover e aperfeiçoar o Tech Visa e Startup Visa como projetos promotores e dinamizadores de crescimento económico.
- » Alterar o código tributário, para que inclua ferramentas básicas digitais como despesas passíveis de serem dedutíveis em IRS para jovens trabalhadores (ou IRC, caso sejam para empreendedores jovens), abrangendo cursos online, programas e aplicações educativas nas mais variadas formas ou atribuindo de cheques de tecnologia para a compra de computadores.
- » Caminhar para a implementação da carreira de técnico superior de ciência.

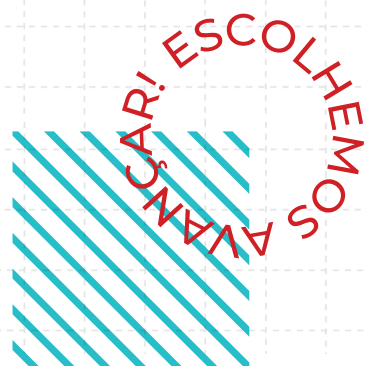
» Criar mecanismos que acautelem e agilizem o processo de prorrogação de bolsas de doutoramento, principalmente face à situação pandémica que vivemos atualmente.

- » Atualizar o valor atribuído pela FCT para a participações em congressos/conferências nacionais e internacionais
- » Reforçar o compromisso da academia e do setor empresarial com a contratação de jovens investigadores.
- » Criar uma Comissão Nacional para a Ciência, para assegurar não só a criação de um plano estratégico para a ciência, como também garantir a sua implementação e monitorização.
- » Aumentar os programas de financiamento para start-ups, com financiamento de maior risco para catapultar projetos embrionários.





**Conseguimos
Avançar!**



Já provámos que Conseguimos Avançar

Em 2019, a Juventude Socialista conseguiu que 7 dos seus candidatos fossem eleitos deputados à Assembleia da República, constituindo-se como a maior bancada jovem socialista desde os anos 90. Desde a primeira hora, lançámos mãos à obra fazendo destes mandatos um espaço para dar voz à nossa geração e aos seus problemas, para apresentar soluções e travar lutas. 2 anos depois, das lutas fizemos conquistas e dos desafios trazemos resultados.

Nestes 2 anos muitas foram as missões de relevo atribuídas aos nossos deputados, destacando-se o papel que nos foi atribuído no seio do grupo parlamentar. Os deputados Maria Begonha e Miguel Costa Matos integraram a direção do Grupo Parlamentar e o deputado Tiago Estêvão Martins foi eleito coordenador do GPPS na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto.

Os nossos deputados jovens 2019-2021!



Maria Begonha



**Tiago Estêvão
Martins**



**Miguel Costa
Matos**



Filipe Pacheco



Olavo Câmara



Joana Sá Pereira



**Eduardo Barroco
de Melo**



Joel Gomes



Sofia Andrade

Lutas que fazem a diferença

Esta legislatura chegou a um fim abrupto com a indisponibilidade do BE, PCP e PEV negociarem na especialidade o Orçamento do Estado para 2022. Foi mesmo no processo de especialidade que, nestes 2 anos, a JS obteve muitas das nossas conquistas:

- » Acesso automático às bolsas de estudo no ensino superior
- » Majoração do complemento de alojamento para os estudantes do ensino superior
- » Faseamento do pagamento da propina em pelo menos 10 prestações
- » Reforço gradual do orçamento do Programa Porta 65 Jovem
- » Reforço do programa de remoção de amianto nas escolas
- » Disponibilização de produtos menstruais nos centros de saúde e nas escolas
- » Isenção de emolumentos os registos decorrentes da mudança de sexo
- » Alargamento dos passes sub23 aos alunos dos CET e TESP
- » Isenção de IRS aos trabalhadores-estudantes até aos 2100 euros.
- » Congelamento das propinas em todos os ciclos de estudos no ano letivo 2021/2022.

Foram, ainda, incorporadas propostas da JS na proposta de Orçamento do Estado 2022:

- » Aumento do valor das bolsas dos estágios profissionais do IEFP
- » Expansão do IRS jovem na idade e duração, bem como a sua aplicação automática
- » Reforço das bolsas de ação social nos Mestrados
- » Implementação da taxa sobre a rotatividade nas empresas
- » Extensão dos apoios fiscais à natalidade às famílias que não têm rendimento suficiente para beneficiar das deduções

Os deputados da Juventude Socialista tiveram também um intenso trabalho legislativo:

- » Lei de Bases do Clima, com ambição, rigor e representação jovem
- » Regulamentação do teletrabalho, instituindo o direito a desligar
- » Direito ao esquecimento para sobreviventes de cancro e doentes crónicos
- » Igualdade entre saúde física e saúde mental nos seguros de saúde
- » Fim da discriminação na dádiva de sangue de homens gay
- » Acesso à época-especial de exames e não-contabilização do ano para prescrições
- » Flexibilidade na contabilização do rendimento para acesso às bolsas

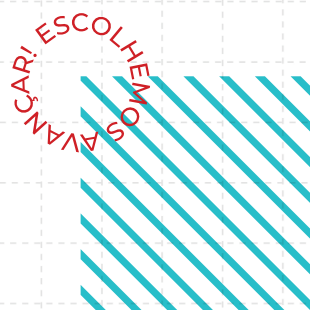
Lutas que fazem a diferença

Conseguimos ainda, na sequência dos nossos programas e intervenções parlamentares as seguintes conquistas ou propostas do Governo:

- » Vacinação prioritária dos estudantes em estágio clínico
- » Reforço das competências da ACT, podendo travar despedimentos ilegais
- » Apoios para trabalhadores independentes desprotegidos
- » Acesso dos estudantes deslocados à moratória de rendas
- » Reforço dos Programas de Apoio ao Associativismo Estudantil e Juvenil

Participámos, ainda, dos debates parlamentares que, não tendo sido concluídos, abrem a porta a avanços importantes para a nossa geração no futuro:

- » **Estudo sobre a integração da CPAS na Segurança Social**
- » **Reforço da liberdade de acesso à profissão**
- » **Legalização da cannabis para uso pessoal**





JUVENTUDE
SOCIALISTA

**Escolhemos
avançar!**



ESCOLHEMOS
AVANÇAR!

